

# PERSPECTIVAS DE UTILIZAÇÃO DO MODELO BIOPSISSOCIAL DE AVALIAÇÃO DA DEFICIÊNCIA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

## PERSPECTIVES FOR USING THE BIOPSYCHOSOCIAL MODEL FOR DISABILITY ASSESSMENT IN THE FIELD OF SCHOOL EDUCATION IN BRAZIL

Beatriz Lopes Porto Verzolla<sup>1</sup>

**Resumo:** O modelo biopsicossocial da deficiência é a perspectiva adotada pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (BRASIL, 2015) para a avaliação da deficiência. O objetivo desse estudo é investigar e discutir a utilização do modelo de avaliação biopsicossocial da deficiência na área de educação escolar e suas perspectivas de aplicação no contexto brasileiro. Foi realizada uma revisão de literatura nos portais SciELO, Scopus, Portal de Periódicos CAPES e Portal de Teses e Dissertações da CAPES, considerando como critérios de inclusão a disponibilização do arquivo completo para leitura e adequação ao tema de estudo. Após a leitura completa dos trabalhos e exclusão dos que estavam em duplicidade ou que fugiam ao tema do estudo, foram selecionados para análise final cinco artigos e duas dissertações. As pesquisas analisadas defendem que a perspectiva biopsicossocial de compreensão da deficiência na área da educação permite ampliar o entendimento sobre a condição da deficiência, ao considerar os fatores contextuais que influenciam a realização das atividades pedagógicas e a participação social. Tal perspectiva também contribui para a ampliação da autonomia e da participação social das/os estudantes e pode ser utilizada para a construção de políticas de ações afirmativas, visando à garantia de direitos de pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Modelos Biopsicossociais. Avaliação da Deficiência. Educação.

**Abstract:** The biopsychosocial model of disability is the perspective adopted by the Brazilian Inclusion Law (Lei Brasileira de Inclusão - LBI) (BRASIL, 2015) for disability assessment. The aim of this study is to investigate and discuss the use of the biopsychosocial disability assessment model in the field of school education and its perspectives of application in the Brazilian context. It was carried out a literature review in the portals of SciELO, Scopus, Portal de Periódicos CAPES and Portal de Teses e Dissertações da CAPES, considering as inclusion criteria the availability of the complete file for reading and adequacy to the study topic. After the complete reading of the works

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP. Mestre pelo Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP. Especialização e Aprimoramento Profissional em Saúde Coletiva pelo HC-FMUSP. Graduada em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de São Paulo - Unifesp. Participa do grupo de estudos Salus (Grupo de Estudos da História das Práticas Médicas e de Saúde), do Departamento de Medicina Preventiva - FMUSP, do GELCS - USP (Grupo de Estudos em Libras e Cultura Surda) e do GEPACC - UFS (Grupo de Estudo e Pesquisa em Acessibilidade, Corpo e Cultura). São Paulo, Brasil. E-mail: [bia.verzolla@gmail.com](mailto:bia.verzolla@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2173-6001>.

and exclusion of those that were in duplicity or that escaped the study theme, five articles and two dissertations were selected for final analysis. The studies analyzed argue that the biopsychosocial perspective of understanding disability in the area of education allows for a broader understanding of the condition of disability, by considering the contextual factors that influence the undertaking of pedagogical activities and social participation. This perspective also contributes to the expansion of autonomy and social participation of students and can be used to build affirmative action policies, aiming at guaranteeing the rights of people with disabilities.

**Keywords:** Biopsychosocial Models. Disability Evaluation. Education.

## Introdução

A partir da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU, 2006; BRASIL, 2009), da qual o Brasil é signatário, integrando-a como emenda constitucional por meio do Decreto nº 6.949/2009 – os Estados-Partes assumiram o compromisso de assegurar e promover o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte das pessoas com deficiência, sem nenhum tipo de discriminação em razão da deficiência. Influenciada pela Conferência da ONU, foi desenvolvida a Lei 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), considerada um marco na construção de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência no Brasil e criada para assegurar e promover o exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência. A LBI, assim como a Convenção da ONU (BRASIL, 2009, 2015), considera pessoa com deficiência:

[...] aquela que tenha impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, art. 2º).

A LBI, no parágrafo 1º de seu artigo 2º, determina que a avaliação da deficiência seja pautada no modelo biopsicossocial, a ser realizada por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, considerando não apenas os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, mas também os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação (BRASIL, 2015).

Historicamente, a perspectiva tradicional de compreensão das deficiências, pautada no modelo biomédico – que entende a deficiência como resultado de um corpo com lesão, restringindo-se aos aspectos biológicos e prevendo ações normalizadoras

(ROCHA, 2006; DINIZ, 2007) – foi a que predominou sobre a organização de serviços e políticas voltados às pessoas com deficiência, baseando sua avaliação na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Agravos Relacionados à Saúde (CID). A partir da década de 1970, emergiu o modelo social, ampliando o conceito de deficiência, tida como resultado da interação de um corpo com lesão em uma sociedade discriminatória, concepção diretamente relacionada aos conceitos de estigma e opressão (HUNT, 1966; ABBERLEY, 1987).

Em uma tentativa de expandir as definições sobre doença e deficiência, em 1980 foi proposta, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), que introduziu o conceito de desvantagem e ampliou a visão anteriormente restrita aos aspectos biológicos, ao considerar que o ambiente e as relações pessoais e sociais interferem na experiência da pessoa com deficiência, para além do aspecto individual (OMS, 1980). A fim de ampliar ainda mais a visão sobre as deficiências, o processo de revisão da classificação pela OMS resultou, após anos de estudo, na publicação da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), no ano de 2001, compreendendo um modelo de funcionalidade que abrange as categorias Funções e Estruturas do Corpo, Atividades e Participação e Fatores Contextuais (ambientais e pessoais) (OMS, 2001).

Além de avaliar o desempenho do indivíduo em atividades de vida diária e vida prática, o modelo da CIF propõe uma interconexão entre as diferentes categorias, apontando para limitações e restrições de participação em qualquer aspecto da vida (OMS, 2001; FARIAS; BUCHALLA, 2005), baseando-se, portanto, em uma abordagem biopsicossocial e constituindo-se como um importante referencial para a construção de guias e protocolos de avaliação de pessoas com deficiência. De acordo com essa perspectiva, a categoria de fatores contextuais (residência, trabalho, escola, atividades comunitárias, serviços e políticas governamentais, rede de apoio etc.) tem grande impacto sobre a experiência e a extensão da deficiência, já que ambientes com mais ou menos barreiras podem prejudicar ou favorecer a participação das pessoas com deficiência na sociedade.

No ano de 2007, em consonância com as prerrogativas da Convenção da ONU, o Governo Federal instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial, que tinha por objetivo avaliar o modelo de classificação e valoração da deficiência utilizado no Brasil até então, para definir a elaboração e a adoção de um Modelo Único para todo o país, junto aos

órgãos públicos (BRASIL, 2007). Para alcançar tal objetivo, o grupo, que trabalhou durante dez meses, teve como atribuições realizar o levantamento dos modelos de classificação utilizados no Brasil e no mundo e propor estratégias de atuação para o Governo Federal, tendo entre seus integrantes profissionais especialistas nas áreas de deficiência e representantes de órgãos governamentais<sup>2</sup> (DI NUBILA et al., 2011).

A partir das recomendações traçadas pelo Grupo Interministerial, iniciou-se o projeto de construção de um instrumento brasileiro, que contemplasse as especificidades geográficas e culturais do país e estivesse alinhado com uma concepção mais ampla da deficiência, respaldada pela Convenção da ONU e pela CIF. O projeto, viabilizado pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, foi, então, iniciado em janeiro de 2011 e concluído em abril de 2012, resultando na construção de um instrumento inicial, o Índice de Funcionalidade Brasileiro (IFBr), que foi elaborado a partir fontes secundárias de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), grupos focais com pessoas com deficiência e reuniões com especialistas (PEREIRA; BARBOSA, 2016).

Baseado nas classificações da CIF, o IFBr é composto por 41 atividades de vida diária, distribuídas em sete domínios (sensorial, comunicação, mobilidade, cuidados pessoais, vida doméstica, educação/trabalho/vida econômica e socialização/vida comunitária), que estão relacionados a pontuações para classificar o nível de dependência do indivíduo em relação a outras pessoas ou a produtos e tecnologias. O eixo central do IFBr é a funcionalidade, abrangendo todos os tipos de deficiência e identificando barreiras externas, relativas aos ambientes físico, social e atitudinal, com adaptações do instrumento utilizado em adultos para a faixa etária infantojuvenil (FRANZOI et al., 2013). Como medida complementar de valoração, também é utilizado no IFBr o modelo linguístico *fuzzy*, que avalia questões complexas, subjetivas e imprecisas, a partir da descrição de uma condição para obter uma conclusão (COSTA et al., 2004), a partir da proposição de três condições que descrevem o grupo de indivíduos em situação de maior risco funcional para cada tipo de deficiência.

As pontuações do instrumento foram adaptadas da Medida de Independência Funcional (MIF), uma escala desenvolvida em 1980, que aborda o nível de independência do indivíduo em atividades motoras, cognitivas, de autocuidado e de comunicação, contemplando 18 diferentes domínios, cuja pontuação permite uma classificação que vai

---

<sup>2</sup> O decreto mencionado foi revogado em 05 de fevereiro de 2020, por meio do Decreto nº 10.223.

desde a dependência completa, até a independência total (RIBERTO et al., 2001; BARBOSA; PEREIRA, 2016). A MIF estabelece sete escalas de pontuação, enquanto o IFBr estabeleceu quatro escalas, baseadas no nível de independência para as atividades, sendo elas classificadas nas pontuações 25, 50, 75 e 100, correspondendo, respectivamente, à realização da tarefa de forma totalmente dependente de terceiros; realização com auxílio de terceiros; realização de forma adaptada ou diferente da habitual, sem depender de terceiros; realização da atividade de forma independente, sem adaptação, na velocidade habitual e em segurança (FRANZOI et al., 2013).

O modelo biopsicossocial tem grande relevância na formulação e implementação de políticas públicas, já que considera não apenas os aspectos biológicos e corporais na compreensão das necessidades das pessoas com deficiência. Tal modelo vem sendo utilizado no Brasil desde 2009, para definição de critérios de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), política de proteção socioassistencial por meio de transferência de renda a pessoas com deficiência. O modelo de avaliação adotado para concessão do BPC tem como base as categorias da CIF e a Convenção da ONU, pautando-se em uma compreensão biopsicossocial (BIZZOTTO, 2009; BRASIL, 2011). O artigo 2º da LBI define que o Poder Executivo deve ser o responsável pela criação de instrumentos para a avaliação da deficiência, que deveriam entrar em vigor em janeiro de 2018 (BRASIL, 2015), para além da utilização já implementada para concessão do BPC, para identificar as pessoas com deficiência e permitir-lhes o acesso às políticas de proteção social brasileiras como um todo. Porém, um longo percurso tem sido realizado para a efetivação desse direito.

O IFBr é o instrumento que serve de base para a construção de um Modelo Único de avaliação da deficiência. A primeira versão do instrumento foi validada pela Universidade de Brasília, em parceria com o Governo Federal, a fim de contemplar a avaliação realizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a concessão de aposentadorias a pessoas com deficiência, conforme disposto na lei complementar nº 142, de 08 de maio de 2014, aplicada por médicos peritos e assistentes sociais. O Índice de Funcionalidade Brasileiro Aplicado à Aposentadoria (IFBr-A) vem sendo utilizado no Brasil para fins de classificação e concessão de aposentadoria das pessoas com deficiência, identificando os graus da deficiência (leve, moderado ou severo) e a elegibilidade às políticas específicas de previdência social, com redução do tempo de

contribuição para fins de aposentadoria (BRASIL, 2014; BARROS, 2016; PEREIRA; BARBOSA, 2016).

A fim de contemplar as disposições sobre o Modelo Único para avaliação biopsicossocial das deficiências, foram realizadas pesquisas para validação e aperfeiçoamento do IFBr, com aplicação em todas as regiões do país (PEREIRA; BARBOSA, 2017; BRASIL, 2019; MAIOR, 2020), resultando no Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBr-M), cujo processo de validação foi concluído em 2019. Para seguir com a implementação do Modelo Único, devem ser definidas as etapas para a estruturação da avaliação, capacitação dos profissionais avaliadores e operacionalização da avaliação, tanto em nível federal, quanto nos territórios específicos (BRASIL, 2019).

O eixo da avaliação continua sendo a independência para a realização das atividades, que permanecem agrupadas em sete domínios, porém com o acréscimo de algumas atividades, que totalizam 57 no IFBr-M<sup>3</sup>, com adaptações para a faixa etária infantojuvenil. A aplicação do modelo linguístico de *fuzzy* também foi mantida no IFBr-M, com a finalidade de introduzir elementos qualitativos à pontuação da escala e identificar questões emblemáticas e situações de maior vulnerabilidade, fragilidade e risco durante a avaliação. A pontuação final permite a categorização em deficiência leve, moderada ou severa, de acordo com a pontuação da matriz de atividades, participação e barreiras e aplicação do modelo linguístico de *fuzzy* (BRASIL, 2019; NOGUEIRA; RIBERTO, 2019).

O IFBr-M foi aprovado no ano de 2020, a partir de resolução publicada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), como instrumento adequado de avaliação da deficiência a ser utilizado no Brasil (BRASIL, 2020a). A partir do Decreto nº 10.415/2020, foi instituído o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Modelo Único de avaliação biopsicossocial da deficiência, composto por membros do Governo Federal e representantes do CONADE, contemplando membros de entidades de representação das pessoas com deficiência. O Grupo de Trabalho tem como competências formular propostas sobre a regulamentação do artigo 2º da LBI e análise de impactos orçamentários, sob a diretriz do IFBr-M como instrumento-base para a elaboração do Modelo Único (BRASIL, 2020b).

---

<sup>3</sup> De acordo com Izabel Maior, durante sua fala na palestra ministrada em novembro de 2020, após o processo de validação, foi considerado que 38 atividades são suficientes para a avaliação em adultos, devido à exclusão de algumas questões consideradas redundantes (MAIOR, 2020).

Ainda serão necessárias novas etapas para a operacionalização do Modelo Único de avaliação biopsicossocial, para que sejam definidas as diretrizes de utilização nas diferentes políticas, inclusive na área da educação. Carla Sabariego aponta em seu estudo que, até o ano de 2016, o Brasil dispunha de 23 políticas públicas federais relacionadas às pessoas com deficiência, dentre elas as políticas voltadas à educação, que contemplam atendimento educacional especializado, BPC na escola e cotas nos cursos técnicos e nas universidades públicas (SABARIEGO, 2016). Discutir como o modelo de avaliação biopsicossocial das deficiências será implementado e como isso estará relacionado com as políticas e serviços voltados aos estudantes público-alvo da educação especial é fundamental para ampliar o acesso às políticas de ações afirmativas no país, em todas as etapas e modalidades de ensino. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é realizar uma revisão da literatura acerca da utilização do modelo de avaliação biopsicossocial da deficiência na área de educação e suas perspectivas de aplicação no contexto brasileiro.

## **Metodologia**

Para a obtenção dos dados, foi realizada revisão da literatura, relacionando a temática da avaliação biopsicossocial com a área da educação, contemplando artigos publicados em revistas científicas, dissertações e teses. Os critérios de inclusão para os artigos contemplaram os que estivessem inseridos em periódicos revisados por pares, disponíveis na íntegra e que tivessem relação com o tema de estudo. Para a inclusão de teses e dissertações, foram seguidos os critérios de disponibilização do arquivo completo para leitura e adequação ao tema de estudo. As fontes foram pesquisadas nos portais de busca SciELO, SciVerse Scopus, Portal de Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e Portal de teses e dissertações da CAPES, de acordo com a combinação das seguintes palavras-chave: “avaliação biopsicossocial”, “índice de funcionalidade brasileiro”, “classificação internacional de funcionalidade”, “deficiência” e “educação”. Foram considerados todos os trabalhos que contemplassem algum tipo de avaliação biopsicossocial – e não apenas aqueles relacionados especificamente a alguma das versões do Índice de Funcionalidade Brasileiro – englobando também estudos que embasassem suas avaliações na CIF, considerada um dos mais importantes referenciais para a proposição de avaliações segundo o modelo biopsicossocial.

Inicialmente, foram encontradas 113 fontes, que foram refinadas a partir do título e das palavras-chave, resultando em 32 trabalhos selecionados para leitura dos resumos. A partir dessa leitura inicial, foram excluídos trabalhos que estavam em duplicidade, que não estavam de acordo com os objetivos da pesquisa e que não apresentavam dados referentes ao Brasil, resultando em 22 documentos selecionados para leitura do texto integral. Após a leitura completa, foram excluídos os trabalhos que não correspondiam ao tema do estudo, resultando em sete trabalhos para a análise final, sendo cinco artigos e duas dissertações, conforme apresentados no Quadro 1, categorizados de acordo com o ano de publicação, o portal de busca, o título, o autor e o modelo de estudo, dispostos em ordem crescente do ano de publicação. Os objetivos e principais resultados dos trabalhos serão apresentados de forma descritiva e destacam as relações estabelecidas com o processo de avaliação biopsicossocial da deficiência.

**Quadro 1** – Caracterização dos artigos e dissertações analisados, de acordo com ano, título, autor e tipo de estudo

	<b>Ano</b>	<b>Portal de busca</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Tipo de estudo</b>
<b>1</b>	2010	SciELO	Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior	Siqueira; Santana	Estudo descritivo - documental
<b>2</b>	2011	Portal CAPES de Teses e Dissertações	Avaliação da funcionalidade em atividades de participação de alunos com deficiência intelectual: elaboração de protocolo escolar	Miccas	Estudo observacional
<b>3</b>	2017	Portal CAPES de Teses e Dissertações	Estudantes com surdocegueira na universidade: mapeando barreiras e facilitadores que perpassam o processo de inclusão acadêmica	Muccini	Estudo exploratório descritivo
<b>4</b>	2018	SciELO	Características de alunos com deficiência física na percepção	Andrade; Araújo	Estudo descritivo

			de seus professores: um estudo sob os parâmetros conceituais da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde		
5	2019	SciELO	Sistematização de instrumentos de avaliação para os dois primeiros anos de vida de bebês típicos ou em risco conforme o modelo da CIF	Mélo; Araujo; Novakoski; Israel	Revisão de literatura
6	2020	SciELO	Functionality, school participation and quality of life of schoolchildren with cerebral palsy	Tavares-Netto; Wiesiolek; Brito; Rocha; Tavares; Lambertz	Estudo observacional exploratório
7	2021	SciELO	Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IF-BrM): diferenciação e acessibilidade curricular	Cabral	Ensaio teórico

## Resultados e Discussões

Os estudos analisados contemplam revisões de literatura, estudos teóricos/de revisão, qualitativos, observacionais e descritivos, envolvendo observação, entrevistas semiestruturadas e análises pautadas nas categorias propostas pela CIF, sendo o mais antigo do ano de 2010 e o mais recente do ano de 2021. Dos sete trabalhos analisados, apenas um deles faz referência ao IFBr-M (CABRAL, 2021), que ainda está em fase de operacionalização, trazendo reflexões iniciais sobre o instrumento e possibilidades de contribuição na área educacional. Em relação às etapas de ensino, um estudo contempla a Educação Infantil (MÉLO et al., 2019), três contemplam o Ensino Fundamental (MICCAS, 2011; ANDRADE; ARAÚJO, 2018; TAVARES-NETTO et al., 2020), dois contemplam a Educação Superior (SIQUEIRA; SANTANA, 2010; MUCCINI, 2017) e um contempla aspectos gerais e comuns a diferentes etapas e modalidades de ensino, relacionados a políticas públicas, currículo e estratégias pedagógicas (CABRAL, 2021).

O estudo de Siqueira e Santana (2010) teve como objetivo conhecer e descrever as ações contidas nas propostas contempladas pelo “Projeto Incluir/MEC-Acessibilidade na Educação Superior”, no período de 2005 a 2008, analisando 11 propostas de acessibilidade submetidas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), cujos dados foram organizados para análise de acordo com as categorias estabelecidas nos Fatores Contextuais da CIF. De acordo com as análises, as propostas apresentadas referiam-se a ações voltadas para aquisição e desenvolvimento de produtos para adequações arquitetônicas e elaboração de materiais pedagógicos (eixo “Produtos e tecnologias”), ações de conscientização da comunidade acadêmica e não-acadêmica (eixo “Atitudes”), bem como ações de adequação do processo seletivo ou vestibular, contratação de intérpretes de Libras, capacitação de funcionários e docentes e articulação com outras instâncias da comunidade (eixo “Serviços, Sistemas e Políticas”).

A pesquisa de Miccas (2011) teve por objetivo elaborar um protocolo, com base na CIF, para avaliação biopsicossocial de escolares com deficiência intelectual e verificar sua aplicabilidade. O protocolo foi desenvolvido para ser aplicado ao professor, com base na categoria Atividades e Participação, proposta pela CIF, sendo a versão inicial submetida à avaliação de três juízes e ajustada para o processo de aplicação-piloto em 15 crianças com síndrome de Down, matriculadas no Ensino Fundamental I em escolas regulares da rede de ensino municipal de um município do estado de São Paulo, comparadas a um grupo-controle, composto por 15 crianças com desenvolvimento típico. Foram adotados três classificadores para cada um dos 52 itens analisados, sendo atribuída uma pontuação de zero a dois pontos para cada um. Os resultados apontaram que 35 itens analisados tiveram impacto significativo, permitindo que os professores identifiquem as necessidades educativas de seus alunos, avaliem a evolução de sua funcionalidade e planejem diferentes intervenções pedagógicas.

Muccini (2017) realizou um estudo com o objetivo de identificar as barreiras e os facilitadores relacionados ao acesso e à permanência de estudantes com surdocegueira em instituições de ensino superior. Para isso, foram analisados os microdados obtidos no Censo da Educação Superior do ano de 2015, bem como um questionário aplicado em 12 estudantes universitários com surdocegueira, para identificação do perfil sociodemográfico e funcional e mapeamento de barreiras e facilitadores enfrentados pelos estudantes durante sua trajetória acadêmica (na comunicação, no processo seletivo de ingresso e nas rotinas acadêmicas). As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas e

analisadas com base nas categorias dos Fatores Contextuais da CIF e os resultados das análises identificaram barreiras no ingresso (dificuldades relacionadas aos ledores no momento da prova), nas instalações (falta de sinalização e iluminação adequadas), no acesso à informação e comunicação (ausência de guia-intérprete no acompanhamento das atividades).

A autora identificou que a visão da surdocegueira, pautada predominantemente na concepção biomédica, repercute em ações de caráter assistencialista, descaracterizando a singularidade das pessoas com surdocegueira e dificultando o planejamento de ações de acessibilidade compatíveis com as necessidades dos estudantes. As barreiras atitudinais foram identificadas entre os principais obstáculos para a permanência dos estudantes na educação superior, assim como a necessidade de ampliação dos recursos de acessibilidade. A autora também aponta para uma diversidade de possibilidades comunicacionais que podem favorecer a permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior e destaca a urgência de políticas de formação às instituições de ensino superior sobre as especificidades das pessoas com surdocegueira.

Andrade e Araújo (2018) investigaram a percepção de professores sobre a deficiência física de seus alunos, a partir de entrevistas semiestruturadas, cujo roteiro contemplou os parâmetros conceituais da CIF, nas categorias Funções e Estruturas Corporais, Atividades e Participação e Fatores Ambientais. Apesar de não terem sido encontradas diferenças estatisticamente significantes na análise de cada categoria estabelecida, a análise das entrevistas demonstrou que os professores levaram em consideração, predominantemente, a participação do aluno e a realização das atividades no ambiente escolar, direcionando sua percepção sobre os alunos com deficiência a partir da perspectiva biopsicossocial, por meio da integração entre fatores biológicos e sociais, e apontando para a necessidade de maiores investimentos em recursos de tecnologia assistiva para favorecer a participação dos alunos com deficiência física nas atividades escolares.

A partir de uma revisão de literatura cujo objetivo foi investigar e sistematizar, de acordo com o modelo biopsicossocial da CIF, instrumentos de baixo custo para avaliação do desenvolvimento neuropsicomotor de crianças de 0 a 2 anos de idade, Mélo et al. (2019) selecionaram cinco instrumentos que contemplassem os critérios estabelecidos para utilização em contexto clínico e educacional. As autoras concluem que os instrumentos sistematizados auxiliam na identificação de riscos para o desenvolvimento

de forma precoce e podem ser utilizados para subsidiar ações de promoção do desenvolvimento e de intervenção em diferentes contextos, inclusive em ambiente de creche. Ao final do artigo, as autoras disponibilizam a ficha de sistematização, para ser utilizada como apoio ao trabalho de profissionais de saúde e de educadores na avaliação e intervenção com bebês a partir de uma perspectiva biopsicossocial.

Também na área da deficiência física, o estudo de Tavares-Netto et al. (2020) teve como objetivo avaliar a participação escolar e a qualidade de vida de escolares com paralisia cerebral da rede pública municipal do Recife, bem como analisar a influência dos níveis de função motora grossa e do desempenho motor sobre essas variáveis. Os autores elaboraram um modelo de avaliação biopsicossocial baseado na CIF, que permitiu observar que, quanto maior o déficit na função e no desempenho motor, menor foi a independência nas atividades escolares e maiores os prejuízos na qualidade de vida, com influências no bem-estar emocional, na autoestima e na saúde familiar. Segundo os autores, tais achados apontam para a necessidade de se considerarem fatores individuais e contextuais de cada criança para o planejamento de estratégias de assistência à saúde e estratégias pedagógicas inclusivas para escolares com paralisia cerebral.

O estudo de Cabral (2021) é o único que apresenta interlocuções entre o IFBr-M e as premissas da diferenciação e acessibilidade curricular, particularmente no que se refere ao reconhecimento e legitimação das especificidades dos estudantes, a partir de uma perspectiva biopsicossocial e interdisciplinar na área da Educação Especial. O autor aponta que, em diferentes contextos educacionais, as proposições dos currículos não se aproximam de uma abordagem biopsicossocial, na medida em que os estudantes são excluídos da participação no planejamento do currículo, que deveria considerar suas especificidades e ser construído em cooperação entre professores, outros profissionais, estudantes e seus pares.

As potencialidades e desafios apontados pelo autor quanto à utilização do IFBr-M no âmbito educacional referem-se tanto à diferenciação e à acessibilidade curricular, quanto à formação e à atuação profissional. Para o autor, se forem considerados para a implementação de uma perspectiva biopsicossocial processos de interação cooperativa, policêntrica e multivetorial<sup>4</sup>, poderá haver importantes avanços para a superação de uma

---

<sup>4</sup> Com a utilização dos termos “policêntrico” e “multivetorial”, o autor refere-se à ampliação da cooperação entre diferentes centros de pesquisa, serviços e instituições, que trabalhem sob diferentes perspectivas, mas que ampliem a conceitualização da deficiência comumente restrita ao modelo biomédico, promovendo a verdadeira interconexão entre os aspectos biológicos e sociais.

perspectiva biomédica e capacitista na avaliação da deficiência e concretização das ações afirmativas, inclusive na área de educação, pautando o ingresso e a permanência na perspectiva da acessibilidade. Atualmente, a comprovação da deficiência para fins de ingresso em vagas reservadas para pessoas com deficiência na educação superior se dá por meio de laudo médico atestando o tipo e grau da deficiência, com referência expressa do código da CID (BRASIL, 2018), na direção do que diferentes autoras/es apontam como uma compreensão da deficiência pautada no modelo biomédico, inclusive para acesso a políticas de ações afirmativas (BIZZOTTO, 2009; DI NUBILA et al., 2011; MAIOR, 2020; CABRAL, 2021).

De acordo com os trabalhos analisados, a adoção de uma perspectiva biopsicossocial da deficiência na área de educação permite ampliar a compreensão sobre a condição de deficiência, para além das funções e estruturas do corpo, ao considerar os fatores contextuais que influenciam a realização das atividades e participação (SIQUEIRA; SANTANA, 2010; MICCAS, 2011; MUCCINI, 2017; ANDRADE; ARAÚJO, 2018; MÉLO et al., 2019; TAVARES-NETTO et al., 2020). A avaliação baseada na perspectiva biopsicossocial pensada no âmbito da educação deve ser utilizada para contribuir na ampliação da autonomia e da participação social dos estudantes, de acordo com suas características, seus interesses acadêmicos, seus projetos de vida e necessidades de aprendizagem. Nesse sentido, a contribuição da avaliação biopsicossocial na área da educação pode contribuir para a ampliação da garantia de direitos das pessoas com deficiência, agregando elementos para a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI)<sup>5</sup> e para a construção de estratégias pedagógicas inclusivas, assim como para a efetivação de políticas de ações afirmativas, como políticas de reserva de vagas para ingresso nas universidades e no mercado de trabalho.

### **Considerações finais**

A falta de uniformização da avaliação da deficiência, manifestada pela diversidade de métodos e instrumentos utilizados gera prejuízos na implementação das políticas públicas, bem como a fragmentação de serviços, fazendo com que os cidadãos

---

<sup>5</sup> O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um documento elaborado pelo professor a partir da avaliação do aluno público-alvo da Educação Especial, para identificação de necessidades, dificuldades e potencialidades, visando à utilização das estratégias mais adequadas para o processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2000).

brasileiros com deficiência busquem diferentes órgãos públicos e documentos para acessarem seus direitos (MAIOR, 2020). A construção de um Modelo Único de avaliação das pessoas com deficiência tem como principal prerrogativa superar o referencial de avaliação da deficiência baseado exclusivamente no diagnóstico de doenças e sequelas (orientado pela CID) e pautar a avaliação na funcionalidade, padronizar os processos e parâmetros de avaliação adotados pelos diferentes órgãos e políticas, evitar o deslocamento das pessoas com deficiência para diferentes serviços para o reconhecimento de sua condição e reduzir ônus de tempo e recursos, tanto para as pessoas com deficiência, quanto para o Estado (DI NUBILA et al., 2011; MAIOR, 2020).

O planejamento de políticas públicas, especialmente no que se refere às políticas de ações afirmativas, pode se configurar como um dos principais ganhos para a área da educação com a adoção do Modelo Único de avaliação da deficiência, notadamente no que se refere à Educação Especial. Contudo, tal planejamento deve se pautar nas necessidades relativas ao processo de escolarização e envolver os profissionais da educação, não se restringindo às ações médicas e da área da saúde, que ainda concentram as principais ações relacionadas à avaliação da deficiência, ainda que norteadas pelo modelo biopsicossocial.

Maior (2020) reforça que a avaliação não deve ser utilizada com a finalidade de rotular as pessoas com deficiência e nem como forma de garantia de acesso a políticas universais, como o direito de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e à educação inclusiva, mas sim a políticas e programas específicos, em diferentes áreas, de caráter afirmativo, assistencial, previdenciário e tributário. Dessa forma, a avaliação biopsicossocial contribuiria para efetivação de direitos para o público específico das pessoas com deficiência, garantindo equidade e ampliação da participação social, sem prejuízo dos direitos já garantidos constitucionalmente para todos os cidadãos. Tais perspectivas encontram eco nas considerações de Candau (2012), acerca da centralidade da discussão sobre direitos humanos e a tensão entre igualdade e diferença, que se manifesta de forma particular quando se pensa na construção de políticas públicas e implementação de direitos na Educação Especial.

Para Bizzotto (2009), pensar em um instrumento unificado para avaliar e classificar as pessoas com deficiência, de forma a ser aplicado para as políticas de proteção social no Brasil, é um desafio, distanciando-se do modelo médico e aproximando-se do modelo social da deficiência, e, ao mesmo tempo, modificando as

categorizações de quem tem ou não uma deficiência a partir de um conceito voltado para a funcionalidade.

Os trabalhos analisados nessa pesquisa apontam para contribuições da compreensão da deficiência a partir do modelo biopsicossocial e sua aplicação na área da educação, possibilitando a identificação de barreiras e facilitadores presentes no contexto acadêmico, podendo fornecer subsídios para a realização de ações de planejamento pedagógico, promoção de acesso e permanência de estudantes com deficiência nas diferentes etapas de ensino, caso os estudos sejam utilizados para ampliar a discussão sobre modelos de avaliação e integração de diferentes aspectos biológicos, psíquicos e sociais no planejamento e implementação de políticas públicas na área da educação.

Faz-se necessária a realização de novos estudos acerca da utilização da avaliação biopsicossocial na área da educação, especialmente no que se refere à aplicabilidade do IFBr-M, instrumento utilizado para o Modelo Único de avaliação da deficiência. A sinalização de um instrumento que contemple diferentes áreas de análise aponta para ganhos na avaliação de estudantes com deficiência pela perspectiva da funcionalidade, ao considerar as relações da pessoa com o ambiente e os suportes de que necessita para a realização das atividades, permitindo ampliar a compreensão sobre suas singularidades e sobre a necessidade de quebras de barreiras que impeçam ou restrinjam a participação social, o acesso ao currículo e a permanência no ambiente acadêmico.

## Referências

ABBERLEY, P. The concept of oppression and the development of a social theory of disability. **Disability, Handicap & Society**, Leeds, v. 2, n. 1, p. 5-19, fev.1987.

ANDRADE, M.M.A.; ARAÚJO, R.C.T. Características de alunos com deficiência física na percepção de seus professores: um estudo sob os parâmetros conceituais da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 24, n. 1, p. 3-16, jan.-mar. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000100002>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BARROS, A.P.N. Dependência e deficiência: um estudo sobre o Índice de Funcionalidade Brasileiro Aplicado à Aposentadoria (IFBr-A). 2016. Dissertação. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

BIZZOTTO, K. Implementação do modelo único de avaliação da deficiência no Brasil: uma análise da validação de conteúdo do Índice de Funcionalidade Brasileiro para concessão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. In: 16º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 2019, Brasília. Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, 2019. Disponível em:

<<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/952/928>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva – Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais. Capítulo 06. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha05.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

BRASIL. Decreto 0-003, de 26 de setembro de 2007. Institui o Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de avaliar o modelo de classificação e valoração das deficiências utilizado no Brasil e definir a elaboração e adoção de um modelo único para todo o País. Brasília: Governo Federal, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/dnn/Dnn11354.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/dnn/Dnn11354.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Governo Federal, 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 09 jul. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Avaliação da nova modalidade de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) à pessoa com deficiência com base na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Brasília: MDS, 2011. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/PainelPEI/Publicacoes/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20nova%20modalidade%20de%20concess%C3%A3o%20do%20Benef%C3%ADcio%20de%20Presta%C3%A7%C3%A3o%20Continuada%20BPC.pdf>> Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Portaria Interministerial AGU/MPS/MF/SEDH/MP nº 1, de 27 de janeiro de 2014. Aprova o instrumento destinado à avaliação do segurado da Previdência Social e à identificação dos graus de deficiência, bem como define impedimento de longo prazo, para os efeitos do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Brasília: Governo Federal, 2014. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=265085>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Governo Federal, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Portaria nº 1.117, de 1º de novembro de 2018. Altera a Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria Normativa MEC nº 21, de 5 de novembro de 2012. Brasília: Governo Federal, 2018. Disponível em: <[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/48448738/do1-2018-11-05-portaria-n-1-117-de-1-de-novembro-de-2018-48448535](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/48448738/do1-2018-11-05-portaria-n-1-117-de-1-de-novembro-de-2018-48448535)>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Avaliação biopsicossocial da deficiência – relatório final. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2019. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd/apresentacoes-em-eventos/audiencias-publicas-2019/apresentacao-liliane-cristina-bernardes-mdh>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Resolução nº 01, de 05 de março de 2020. Dispõe sobre a aprovação do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado IFBrM como Instrumento de Avaliação da Deficiência. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2020a. Disponível em: < [http://www.ampid.org.br/v1/wp-content/uploads/2020/03/SEI\\_MDH-1100672-CONADE\\_-Resoluc%CC%A7a%CC%83o.pdf.pdf](http://www.ampid.org.br/v1/wp-content/uploads/2020/03/SEI_MDH-1100672-CONADE_-Resoluc%CC%A7a%CC%83o.pdf.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 10.415, de 06 de julho de 2020. Institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2020b. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Decreto/D10415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Decreto/D10415.htm)>. Acesso em: 14 jul. 2021.

CABRAL, L.S.A. Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IF-BrM): diferenciação e acessibilidade curricular. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 41, n. 114, p.153-163, mai.-ago. 2021. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/c5RwSRJ5F9VKpBLgYtgh7Df/?lang=pt>>. Acesso em: 07 jul. 2021.

CANDAU, V.M.F. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012.

COSTA, A.J.L. et al. Perception of disability in a public health perspective: a model based on fuzzy logic. **International Journal of Medical Informatics**, v. 73, p. 647-656, 2004. Disponível em: < <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/32994>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

DINUBILA, H. et al. "Evaluating the model of classification and valuation of disabilities used in Brazil and defining the elaboration and adoption of a unique model for all the country": Brazilian Interministerial Workgroup Task. **BMC Public Health**, v. 11, n. 10, p. 1-5, mai. 2011. Disponível em: < <https://bmcpublikealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2458-11-S4-S10#citeas>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C.M. A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da organização mundial da saúde: conceitos, usos e perspectivas. **Rev. bras. epidemiol.** [online], São Paulo, v. 8, n. 2, p. 187-193, jun. 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-790X2005000200011>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

FRANZOI, A.C. et al. Etapas da elaboração do Instrumento de Classificação do Grau de Funcionalidade de Pessoas com Deficiência para Cidadãos Brasileiros: Índice de Funcionalidade Brasileiro – IF-Br. **Acta Fisiatr.**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 164-178, set. 2013.

HUNT, P. **Stigma: The Experience of Disability**. London: Geoffrey Chapman, 1966.

MAIOR, I.L. Avaliação biopsicossocial da deficiência por meio do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado. Palestra realizada em 11 nov. 2020. Paraná: Gepeein, 2020. Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=A1eNcjB-Lag&t=41s&ab\\_channel=GepeeinIFPR](https://www.youtube.com/watch?v=A1eNcjB-Lag&t=41s&ab_channel=GepeeinIFPR)>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MÉLO, T.R. et al. Sistematização de instrumentos de avaliação para os dois primeiros anos de vida de bebês típicos ou em risco conforme o modelo da CIF. **Fisioter. Pesqui.**, v. 26, n. 4, p. 380-393, out.-dez. 2019. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1809-2950/18026126042019>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

MICCAS, C. Avaliação da funcionalidade em atividades de participação de alunos com deficiência intelectual: elaboração de protocolo escolar. 2011. Dissertação. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.

MUCCINI, P. Estudantes com surdocegueira na universidade: mapeando barreiras e facilitadores que perpassam o processo de inclusão acadêmica. 2017. Dissertação. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

NOGUEIRA, J.M.; RIBERTO, M. **Comparação da avaliação da deficiência para políticas públicas no Brasil, França e Espanha**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019.

OMS. International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps. Geneva: World Health Organization, 1980.

OMS. International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF). Geneva: World Health Organization, 2001.

ONU. Convention on the Rights of Persons with Disabilities and Optional Protocol. UN: New York, 2006.

PEREIRA, E.L.; BARBOSA, L. Índice de Funcionalidade Brasileiro: percepções de profissionais e pessoas com deficiência no contexto da CL 142/2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 10, p. 3017-3026, out. 2016. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csc/a/Tjf4FFjrjWQmpwwt4KwCZJC/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

PEREIRA, E.; BARBOSA, L. Índice de Funcionalidade Brasileiro (IFBr) pelas políticas no Brasil. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE POLÍTICAS, PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE. 2017, Natal. Anais do III Congresso Brasileiro de Políticas, Planejamento e Gestão em Saúde. Natal: ABRASCO, 2017. p. 251.

RIBERTO, M. et al. Reprodutibilidade da versão brasileira da Medida de Independência Funcional. **Acta Fisiatr.**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 45-52, abr. 2001.

ROCHA, E.F. Deficiência e Reabilitação: Questões Históricas e Epistemológicas. In: Rocha E.F. (Org.). **Reabilitação de pessoas com deficiência**. São Paulo: Roca, 2006. p. 9-60.

SABARIEGO, C. Avaliação da deficiência após a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência: estudo comparativo entre os instrumentos utilizados para a efetivação de direitos previdenciários no Brasil e na Alemanha. Brasília: Previdência Social, 2016.

SIQUEIRA, I.M.; SANTANA, C.S. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 16, n. 1, pp. 127-136, abr. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382010000100010>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

TAVARES-NETTO, A.R. et al. Functionality, school participation and quality of life of schoolchildren with cerebral palsy. **Fisioter. Mov.** [online], v. 33., p. 1-10, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-5918.033.AO29>>. Acesso em: 19 jul. 2021.